



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO  
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO, CULTURA E CIDADANIA**

**MINUTA TEMÁTICA DOS PROGRAMAS ESTRATÉGICOS**

**COMUNICAÇÃO AFIRMATIVA**

**GRUPO DE TRABALHO COMUNICAÇÃO – (GT – 1)**

**RECIFE**

**2021**

**AUTORES/AS:**

GIUSEPPA MARIA DANIEL SPENILLO

Departamento de Ciências Sociais

## 1. CONTEXTUALIZAÇÃO

Comunicação é troca, partilha. É tornar algo comum entre indivíduos ou grupos – sejam conhecimentos, informações, percepções, emoções, intuições, sentimentos. A comunicação, portanto, supõe relações e interações que se constroem nas dinâmicas da vida em sociedade. Nas sociedades contemporâneas, a comunicação desloca-se daqueles lugares clássicos das interações pessoais, das relações face-a-face, para se estabelecer também em outras bases – primeiro, nos meios analógicos, como os jornais, a rádio, a televisão; depois, nos meios digitais como os sites, os blogs, a radioweb, e a TVweb, e nas redes virtuais do tipo Facebook, Instagram, Telegram, Tiktok, WhatsApp e tantas outras.

O longo processo de construção de novas bases tecnológicas e de novos terrenos onde se instalar, como o mundo analógico e o mundo virtual, tem levado a comunicação a ser redimensionada na sua presença e abrangência em nossas vidas. Estar atualizado, manter-se em condições de comunicação, estar em prontidão para o outro, passar a ser necessidades constantes e com a exigência de satisfação imediata. Atualizar o mundo sobre si tornou-se igualmente vital recentemente, quando as tecnologias de conectividade disponibilizaram a função do *upload* potencializando a todos como alimentadores das plataformas virtuais.

*Downloads e uploads* de informações (e desinformações) preenchem o modo de vida deste início de século XXI, seja no âmbito do lazer, do trabalho, do consumo, do estar socialmente. Nesse formato de circulação de informações, as condições da interpessoalidade cedem lugar a um mundo mediado por suportes tecnológicos, por botões e teclas, filtros e outros recursos de edição e formalização da comunicação. A montagem da informação e sua instrumentalização, por meio de recursos estilísticos, sígnicos e cibernéticos estabelecem, ainda, um novo campo de comunicação, aquele da pós-verdade, ou, conforme Blanco [2019], “a preponderância das crenças e ideologias sobre a objetividade dos fatos”. A autora continua:

Explicando melhor, pós-verdade em certas circunstâncias – uma eleição com forte polarização ou uma situação limite como a dos refugiados na Europa – significa que a opinião pública pode ser moldada mais pelos apelos emocionais ou pelas convicções de cada um do que pela consistência dos fatos. [BLANCO, 2019, p. 1].

Todos estes elementos nos fazem pensar acerca das reconfigurações da comunicação e do seu lugar nas sociedades contemporâneas. Vivemos uma rearrumação das esferas públicas, não apenas forçada pelo surgimento dos espaços virtuais, mas também pelas lutas sociais por visibilidade e pelos direitos de cidadania. A presença de cada vez mais sujeitos nos cenários públicos, que se expressam e buscam se comunicar, formam um novo desenho e um novo simbolismo para a comunicação.

Aqui é preciso enfatizar a distinção entre comunicação e informação, uma vez que informar não é comunicar, mas apenas enviar ou recolher dados. Comunicação, como já colocado, é mais exigente e abrangente, pois requer a interação e a disponibilidade dos sujeitos envolvidos no processo de comunicar, de tornar comum. Podemos destacar, no Brasil e na América Latina, esforços no sentido de distinguir e entender a comunicação. Desde a abordagem dialógica de Paulo Freire, a partir do livro *Extensão ou Comunicação*, escrito na década de 1960, acumulam-se iniciativas para conhecer, em teorias e em práxis, as dimensões e as condições da comunicação humana. Também com este objetivo, o filósofo alemão Jürgen Habermas publicou em 1981 *The Theory of Communicative Action*.

Simultaneamente às investidas teóricas, surgem resistências sociais e políticas às formas predominantes de circulação de informações e conhecimentos – sejam estas analógicas ou digitais – que problematizam as condições da comunicação contemporânea. Historicamente, temos a formação de movimentos sociais como as rádios e as televisões comunitárias, os comitês pela democratização da internet, o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação-FNDC, as campanhas, como a CRIS, ocorrida entre 2004 e 2008, pelos direitos à comunicação na sociedade da informação, as lutas locais pelos direitos à comunicação, como a do Fórum Pernambucano de Comunicação-Fopecom (SPENILLO, 2008).

Estas lutas ou iniciativas da sociedade civil reúnem populações tradicionais, ativistas, feministas, profissionais das áreas da comunicação e da informação, pesquisadores e simpatizantes. Em geral, estes sujeitos estão fora dos grupos das elites ou dos que a elas atendem e, portanto, têm suas reivindicações consideradas como populares, que vêm do povo e a este atende. Falta, nesta perspectiva, reconhecer a pluralidade do que é ser povo, da diversidade de demandas, expectativas e necessidades que se encontra

nos diversos grupos sociais denominados sob o conceito *povo* e a noção de *popular* (TAUK SANTOS, 2008).

Também numa oposição, desta vez ao sistema instituído para as formas de circulação da informação, surgem as chamadas formas alternativas de comunicação. É preciso refletir criticamente sobre esta definição e no que o termo *alternativo* implica. Ser alternativo em nossas sociedades é estar ao lado do que é convencional, sistemático, legal, original, estabelecido. Pode, portanto, ser entendido como marginal, secundário, inferior, *outsider*. O alternativo aparece, em geral, como a segunda opção, não aquela que seria escolhida se a outra estivesse acessível.

Estas reflexões revelam que o popular e o alternativo, se não forem ressignificados na teoria e na prática acadêmicas, não serão um bom ponto de partida para uma proposta inclusiva e justa de comunicação como atividade de extensão universitária. Nesse sentido, encerramos esta contextualização remetendo ao slogan do Fórum Social Mundial, *um outro mundo é possível*, para projetarmos um Programa de Extensão em Comunicação que persiga o ideal de uma outra comunicação possível, não alternativa, mas afirmativa.

## 2. JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA ESTRATÉGICA

Com o exposto acima, percebe-se que a temática da **COMUNICAÇÃO** possui relevância estratégica para a Extensão Universitária, o que passamos a detalhar a seguir.

- Para a Política de Extensão da UFRPE e sua comunidade acadêmica:

As atividades de comunicação, nomeadamente aquelas desenvolvidas por comunidades ou por agentes locais, para além dos meios convencionais de circulação de informações, carregam a riqueza da espontaneidade, da criatividade, dos laços comunitários, das comunidades emocionais. Trazem, portanto, contribuições ímpares para a comunidade acadêmica, quando em diálogo intercultural, realizado por meio de escutas profundas e acolhedoras.

Na UFRPE, podemos citar iniciativas no ensino, na pesquisa e na extensão que apontam para uma abordagem crítica e criativa das temáticas da comunicação. No âmbito do ensino de graduação e pós-graduação, dispomos de diversas disciplinas que trabalham as questões da comunicação, tais como Comunicação Rural, Sociologia da Comunicação,

Comunicação e Extensão Rural, Comunicação e Culturas Populares, dentre outras. Na pesquisa, temos várias linhas de investigação e projetos executados por docentes e discentes.

As ações de extensão voltadas para a temática da comunicação, sejam projetos, minicursos, produções colaborativas ou outros, complementam as práticas do ensino e da pesquisa acadêmica e servem de dinâmicas de alimentação e realimentação das bagagens teórico-metodológicas adquiridas por docentes e discentes na experiência universitária. Desse modo, consideramos que estas ações extensionistas, alicerçadas no tripé ensino/pesquisa/extensão, justificam a proposição e manutenção de um Programa de Extensão em Comunicação na UFRPE.

- Para a sociedade brasileira e, em particular, a pernambucana:

As atividades de extensão na temática da comunicação favorecem e oportunizam o exercício dos direitos à comunicação e da ação dialógica no sentido atribuído por Paulo Freire (2013). Da mesma forma, colaboram na construção da autonomia e da emancipação social quanto ao uso de recursos locais e endógenos na construção dos processos e das práticas de comunicação.

Objetivamente, as ações de extensão para uma comunicação cidadã, comunitária, protagonista, podem levar ao despertar dos potenciais locais e endógenos de comunicação e, por meio dela, do desenvolvimento de competências sociais, culturais e políticas. Nesse sentido, tanto os usos das tecnologias digitais de comunicação e informação como a participação ativa e significativa nas esferas políticas democráticas e cidadãs podem ser dimensionadas pelas ações de extensão voltadas para a prática da comunicação dialógica e o seu exercício como um direito social.

### **3. OBJETIVOS**

- Afirmar a comunicação cidadã e o protagonismo comunitário nas chamadas sociedades da informação e sociedades do conhecimento.
- Garantir o exercício dos direitos à comunicação.
- Oferecer oportunidades de diálogos criativos e construtivos entre a universidade e as demais instâncias da sociedade brasileira, em particular a nordestina e a

pernambucana, para a significação e a qualificação da comunicação em suas vertentes locais, comunitárias, *populares* e *alternativas*.

- Construir, cumulativa e processualmente, um acervo de práticas comunicativas que venha a ressignificar o popular e o alternativo na compreensão da comunicação comunitária.
- Dispor os recursos humanos e cognitivos desenvolvidos nas universidades, em particular na UFRPE, para a promoção da visibilidade dos diferentes sujeitos sociais e de suas formas de comunicação.
- Promover a realização de eventos e projetos voltados para a produção crítica e criativa de peças comunitárias de comunicação, como a rádio, a televisão, o jornal-mural, o blog e outras.
- Recolocar as questões-problema estudadas na universidade, a partir das interações e dos diálogos com outros sujeitos sociais, de modo a fortalecer o tripé extensão-pesquisa-ensino na perspectiva da resposta aos anseios sociais e culturais.

#### **4. TEMAS PRIORITÁRIOS**

São temas prioritários a serem considerados nos Programas Estratégicos da Extensão na UFRPE, para o atendimento à temática da Comunicação:

- Afirmação da comunicação dialógica cidadã e do protagonismo comunitário em iniciativas de comunicação.
- Afirmação da comunicação local em espaços rurais, espaços periféricos, espaços invisíveis.
- Ações para visibilidade da diversidade de sujeitos sociais e de suas formas de comunicação.
- Práticas de uso dos direitos à comunicação.
- Produção de peças locais de comunicação, como a rádio comunitária, a televisão comunitária, o jornal-mural, o blog e o fotolog, portais de internet, por meio do desenvolvimento das linguagens do vídeo, da fotografia, da escrita, de modo crítico e criativo.
- Exercício da escuta profunda, da tradução intercultural e da pesquisa-ação como formas de diálogo entre a universidade (particularmente a UFRPE) e os grupos sociais, de modo a se construir situações e condições de comunicação dialógica.

- Inclusão afirmativa de formas locais de comunicação com diferentes instituições da sociedade civil e entre estas os poderes públicos.
- Formações para o desenvolvimento de competências comunicativas voltadas para o exercício dos direitos de cidadania, para a justiça social, para a participação nas democracias representativas.

## 5. REFERÊNCIAS

BLANCO, Patrícia, 2019. “A era da pós-verdade?”. *Palavra Aberta*. Instituto Palavra Aberta, 20/01/2019. Disponível em: <https://www.palavraaberta.org.br/artigo/a-era-da-pos-verdade.html>.

FREIRE, Paulo, 2013. *Extensão ou Comunicação?* Rio de Janeiro : Paz e Terra.

HABERMAS, Jürgen, 2012. *Teoria do agir comunicativo*. São Paulo: Martins Fontes.

SPENILLO, Giuseppa, 2008. “Direito à Comunicação: uma formulação contemporânea de exigência de mudanças nas estruturas coletivas de comunicação e informação. Contribuições para uma análise sociogenesiológica e configuracional”. Tese de doutorado. CPDA-UFRRJ.

TAUK SANTOS, Maria Salett, 2008. “Receptores imaginados: os sentidos do popular”. XVII Encontro da Compós, na UNIP, São Paulo, junho de 2008.